



Autorização Funcionamento a Título Precário (Atividades Económicas)

Termo Responsabilidade
Relativamente à Conformidade da Estabilidade do
Construído com as Exigências Legais e Regulamentares

(a) _____

morador na _____

contribuinte nº _____, inscrito na (b) _____

sob o nº. _____, declara, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99,

de 16 de dezembro, na redação vigente, conjugado com a Lei nº 91/95 de 2 de setembro, na redação vigente, que a

ESTABILIDADE do edifício localizado em _____, cuja

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO A TÍTULO PRECÁRIO foi requerida por (c) _____

observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente (d) _____

_____ de _____ de _____ (data)

_____ (e)

Instruções de preenchimento

- Nome e habilitação profissional do autor do projeto;
- Associação pública de natureza profissional;
- Nome e morada do requerente;
- Discriminar, designadamente as normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como justificar, fundamentadamente, as razões da não observância das normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no nº 5 do artigo 10º do DL Nº 555/99, de 16 de Dezembro na redação vigente.
Nota: As edificações construídas ao abrigo do direito anterior não são afetadas por normas legais e regulamentares supervenientes. Nestas situações o técnico deverá declarar quais as normas técnicas e regulamentares em vigor que não foram observadas, fundamentando as razões da sua não observância (nº 5 do artigo 10º do DL Nº 555/99, de 16 de Dezembro na redação vigente);
- Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão.